

## **CICLO DE CONFERÊNCIAS "ALTO MINHO 2030" - MONÇÃO**

### **Ciclo de Conferências “Um Alto Minho mais próximo dos cidadãos: Balanço 2014-2020, Perspetivas & Propostas de Ação Alto Minho 2030”**

**10 de setembro de 2019 | Cine Teatro João Verde, Monção**

#### **PROGRAMA**

17h15 | Receção dos participantes

17h30 | Sessão de Abertura

- António Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Monção
- José Maria Costa, Presidente da CIM Alto Minho

17h45 | «Um Alto Minho mais próximo dos cidadãos»: Balanço 2014-2020, Perspetivas & Propostas de Ação Alto Minho 2030

- Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar: Balanço 2014-2020, Perspetivas e Propostas de Ação 2030 – Helena Fonseca, PNPSE - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar
- Qualificação e Ensino Profissional: Balanço 2014-2020, Perspetivas e Propostas de Ação 2030 – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)
- Cultura no Alto Minho: Balanço, Perspetivas e Propostas de Ação 2030 – Luís Sebastian, Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN)
- Instrumentos Territoriais no Portugal 2020: Lições da experiência – Duarte Rodrigues, Agência de Coesão (AD&C)

19h15 | Debate

19h30 | Encerramento

- António Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Monção
- Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte\*

\* a confirmar

#### **Cultura no Alto Minho: Balanço, Perspetivas e Propostas de Ação 2030**

Luís Sebastian, Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN)

Na sequência da reunião extraordinária do conselho de ministros, ocorrida no dia 11 de setembro de 2017, que teve como tema central a reflexão estratégica sobre as linhas orientadoras para o pós-2020, iniciou-se então um processo que visa assegurar um alargado consenso económico, social e político sobre a visão e ambição para Portugal para a próxima década.

Neste sentido, o Governo iniciou um conjunto de sessões de debate com os atores económicos e sociais, de forma a começar a estruturar os objetivos estratégicos a alcançar por Portugal até ao final da próxima década, no contexto do início do debate europeu sobre a estruturação das políticas e o seu financiamento através dos fundos estruturais.

Pretendeu-se com este processo consolidar os grandes objetivos estratégicos nacionais até ao final do ano de 2017, de forma a reforçar a posição negocial de Portugal no contexto das negociações com a União Europeia do próximo quadro financeiro plurianual.

Na sequência deste processo de obtenção de um consenso económico, social e político alargado sobre as linhas orientadoras para o pós-2020, importou igualmente iniciar a preparação de uma proposta sobre os investimentos prioritários para Portugal a realizar na próxima década.

Foi objetivo do Governo que a proposta do Programa Nacional de Investimentos 2030 dispusesse de um consenso político e social alargado sobre os investimentos prioritários a realizar em Portugal na próxima década.

Esta proposta de Programa Nacional de Investimentos 2030 contemplou, inevitavelmente o Sector da Cultura, com especial enfoque nos Monumentos e Equipamentos Culturais.

Ao nível da Qualidade e Nível de Oferta de Infraestruturas, Equipamentos e Serviços, a Região Norte dispõe de um extenso património cultural, onde se incluem 4 inscrições como património mundial da UNESCO (Porto, Guimarães, Douro e Vale do Côa), e de um valioso património natural, onde se insere o único Parque Nacional, 4 Parques Naturais, várias Paisagens Protegidas de interesse nacional e local, 19 Sítios de Interesse Comunitário (SIC) e 6 Zonas de Proteção Especial (ZPE) integradas na Rede Natura 2000. Por outro lado, de 2008 a 2013, registou-se um aumento de 4,2 para 4,9 milhões de dormidas, o que corresponde a um crescimento médio anual superior à média nacional.

A este nível temos ainda que entre 1995 e 2012 ocorreu uma redução das assimetrias intrarregionais. No entanto, os ganhos de coesão registados são mais aparentes do que reais, pois correspondem, sobretudo, a um certo nivelamento por baixo.

Estes ganhos de coesão não têm alterado as pesadas tendências demográficas e de distribuição territorial de pessoas e recursos. Aprofundou-se o dualismo estrutural que tem marcado a evolução do sistema territorial da Região Norte: de um lado, a “Região Urbana Metropolitana”, do outro, as áreas predominantemente rurais, marcadas pelo envelhecimento, pelo êxodo populacional e por uma atividade agrícola em declínio.

A isto soma-se o agravamento das disparidades sociais e territoriais em termos de rendimentos disponíveis e de acesso a equipamentos e serviços urbanos; o declínio demográfico e económico acentuado no interior Norte e modelo territorial do litoral Norte com povoamento disperso; os níveis ainda reduzidos de qualificação na população ativa e nos empresários e elevada saída precoce da escola; a dificuldade na fixação na região de recursos

humanos qualificados; a dificuldade em inverter a descida do nível de emprego da população em idade ativa; e o aumento do risco de pobreza e exclusão social.

Em termos da Capacidade Instalada, o aproveitamento das novas tendências do mercado - nos segmentos do “turismo cultural”, city breaks, “turismo de saúde e bem-estar” e “turismo de natureza”, que, de acordo com a Agenda Regional de Turismo, constituem produtos turísticos prioritários para o Norte de Portugal — constitui-se como um elemento fundamental de promoção e valorização dos recursos patrimoniais no quadro de uma estratégia de afirmação da Região do Norte e de desenvolvimento sustentável.

Neste ponto há, contudo, que ter em conta que o aumento do número de utilizadores dos equipamentos culturais, e em particular dos monumentos e museus, não tem sido adequadamente acompanhado do nível de renovação de infraestruturas, instrumentos de interpretação e recursos humanos qualificados, realçando-se ainda o baixo nível de funcionamento em rede dos equipamentos e ligação à oferta cultural nas sub-regiões.

O referencial estratégico, que consta da Agenda Regional de Turismo, explicita a visão, os eixos prioritários de intervenção e a matriz de programação focalizada nos produtos turísticos prioritários e nas submarcas turístico-promocionais. A visão traçada para o turismo assenta no vasto conjunto de atributos que marcam o Norte de Portugal, sendo eles:

- Destino de excelência e autenticidade histórico-cultural de âmbito nacional e internacional, suportado pelos sítios classificados Património da Humanidade e pelo rico património histórico-cultural, material e imaterial existente;
- Primeiro destino enoturístico nacional, com relevância internacional, tendo como mote a cultura do vinho e da vinha e uma envolvente turística multifacetada;
- Primeiro destino de Turismo da Natureza e Rural do país, assente numa rede de áreas protegidas e rurais de elevado valor natural e paisagístico, e
- Primeiro destino de Turismo de Saúde e Bem-Estar nacional, com base num elemento único e diferenciador — a água mineral natural — potenciado pela inovação e modernização da rede de estâncias termais na região.

Contudo, a assimetria demográfica da Região constitui um constrangimento cuja superação convoca medidas transversais aos setores governativos.

Assim a Direção Regional de Cultura do Norte propôs para o Programa Nacional de Investimentos 2030 11 principais linhas de ação, sendo elas:

## **1 - REDE NACIONAL DE RESERVAS**

O conhecimento existente sobre a realidade da inexistência de uma rede nacional de reservas museológicas determina a identificação da sua constituição como linha de ação estruturante para ultrapassar as dificuldades de depósito, salvaguarda e restauro dos bens móveis. Presentes os constrangimentos, designadamente de índole financeira, apenas em rede será possível responder a este imperativo da salvaguarda da memória. Simultaneamente as

obrigações legais no domínio dos acervos arqueológicos conferem um nível de acuidade superior a este imperativo. De sublinhar a urgência de equacionar, a nível nacional, reservas para os materiais osteológicos. Com efeito, os resultados das escavações arqueológicas a nível nacional encontram-se disseminados por empresas e outros locais face à inexistência de espaços de acondicionamento destes materiais.

## **2 - REDE DO PATRIMÓNIO MUNDIAL**

Os bens inscritos na Lista do património mundial constituem um recurso substantivo para o posicionamento do País do ponto de vista turística. Antes disso e a fim de garantir a sustentabilidade deste recurso, a sua gestão em rede precisa de ser robustecida, presentes os desafios de articulação com a gestão dos territórios, paisagens, educação ambiental e educação cultural.

A necessidade de intervenção num significativo conjunto de bens, a sua valorização, criação de espaços e estruturas interpretativas que apoiem a comunicação e divulgação destas unidades patrimoniais, justifica esta medida, uma vez que o Património Mundial é absolutamente estruturante no domínio da formatação do produto turístico para o nosso país.

## **3 - ROTA DAS CATEDRAIS**

O Acordo de Cooperação assinado em 2009 entre a Conferência Episcopal Portuguesa e o Ministério da Cultura é explícito quanto ao propósito de partilhar os patrimónios requalificados, seja através de serviços de visita e de ofertas culturais de excelência, por via de espaços musealizados ou outras valências, como arquivos e bibliotecas, ou através de uma programação cultural exigente que contribua de forma decidida para a sua valorização. As atividades prosseguidas no âmbito da Rota das Catedrais pretendem promover e consolidar o vínculo ao património classificado e dar futuro ao passado da herança cultural nelas contida.

Com efeito, “As catedrais nasceram no auge da Idade Média ao lado das Sumas teológicas: estas eram a síntese do saber humano coroado com o saber sobre Deus; a catedral era o monumento definidor do espaço urbano, da paisagem e do tempo. Ambas lutavam contra o caos”. Enfrentar e superar o caos é participar numa ética de salvaguarda que visa, muito para além de salvar objetos, recriar relações entre as pessoas e os lugares. É, pois, essencial dar seguimento ao projeto Rota das Catedrais recalibrando as suas relações no território nacional, superando o confrangimento das assimetrias das intervenções.

## **4 - CAMINHOS DE SANTIAGO**

O Caminho de Santiago é o mais antigo e reconhecido itinerário cultural europeu. O designado «Caminho Português» já é o segundo mais utilizado na Galiza, com 50.000 peregrinos estimados em 2016 e um crescimento de 20% no 1º semestre de 2017. Nos últimos anos têm sido realizados investimentos importantes por parte dos Municípios e do Instituto do Turismo em infraestruturas e promoção. Existem várias associações da sociedade civil que sinalizam os itinerários, promovem a sua utilização e apoiam peregrinos. A Igreja Católica disponibiliza uma rede de albergues e alojamentos. Em síntese, existe uma grande dinâmica em torno do Caminho de Santiago e uma tendência de crescimento da utilização deste itinerário, capaz de

captar uma gama alargada de tipologias de utilizadores associados ao turismo religioso, cultural, da natureza e desportivo.

A principais lacunas são a necessidade de uma autoridade nacional de coordenação, de promoção articulada, de critérios na identificação dos itinerários, de uma avaliação das necessidades infraestruturais, grandes disparidades regionais na oferta de infraestruturas de apoio aos peregrinos e ausência de um sítio eletrónico nacional que congregue a informação relevante.

## **5 - REDE NACIONAL DE ARQUITETURA MILITAR**

A presente rede inscreve-se e corresponde ao objetivo legalmente fixado através do Despacho n.º2278/2013, o qual determina a necessidade de apresentar o património histórico-militar nacional que detenha vocação turística, de modo a potenciar a economia nacional através da apresentação de uma proposta de experiências e atividades turísticas e culturais.

## **6 - REDE NACIONAL DE PAISAGENS CULTURAIS URBANAS**

Se olharmos para a realidade da Região Norte, verificamos que as freguesias predominantemente rurais representam cerca de 70% do território, embora nelas só habitem cerca de 10% da população. Consequentemente, 90% da população da Região habita em espaço urbano. A desarticulação entre as políticas de planeamento do território e da salvaguarda do património constitui um constrangimento severo que apenas através da constituição de uma Rede Nacional de Paisagens Culturais Urbanas se poderá ultrapassar.

## **7 - REDE NACIONAL DE PATRIMÓNIO RELIGIOSO**

O Património Religioso constitui, a par da Arquitetura Militar, uma das mais expressivas heranças patrimoniais da história. Para além de estar no coração da história nacional, local e ser parte insubstituível do sentido de identidade e pertença, este património faz parte integrante d' O corpo e a mente da Europa, Declaração seminal da Nova Narrativa para a Europa. Nela se afirma:

“A Europa é um estado de espírito construído e fomentado pela sua herança espiritual, filosófica, artística e científica e movido pelos ensinamentos da história. [...] A Europa precisa de uma mudança de paradigma para a sua sociedade – na realidade, precisa de nada menos do que um «Novo Renascimento».[...] A Europa dispõe dos meios necessários para se manter na vanguarda desta era. Deve igualmente posicionar-se como expoente mundial de um estilo de vida sustentável e ser uma força impulsionadora e inspiradora tanto na conceção como na aplicação de uma agenda global para o desenvolvimento sustentável. Para se atingir este objetivo, importa cuidar não só da biodiversidade, mas também da diversidade cultural e do pluralismo.”

As questões demográficas, as assimetrias no território, as transformações ao nível da prática religiosa, convocam um olhar em rede para o futuro deste património.

## **8 - REDE PORTUGUESA DE MUSEUS**

A Rede Portuguesa de Museus integra no seu seio alguns dos mais importantes museus do país e estrutura uma oferta qualificada no domínio do trabalho museológico.

Para além da sua especificidade no domínio da salvaguarda da memória, dos bens materiais moveis e de uma significativa parte da cultura imaterial do país, muitos museus não têm tido a capacidade de se renovar e de se reinventar.

Simultaneamente é necessária a adoção de medidas que confirmem uma acessibilidade total, física e comunicacional, para além da introdução de medidas de segurança a vários níveis.

Assim, no âmbito da renovação da Rede Portuguesa de Museus é essencial criar uma linha de financiamento para a renovação estrutural que cumpra a necessidade complementar da acessibilidade, segurança e capacitação técnica das estruturas museológicas.

Esta medida deverá prever a exigência de um quadro de recursos humanos adequado com compromisso formal das entidades proponentes e com parecer prévio das entidades da Cultura competentes no território em que se pretendam implementar estes projetos.

## **9 - REDE NACIONAL DE LEITURA PÚBLICA**

A evolução tecnológica, a incapacidade de muitos agentes de promover a regeneração infraestrutural e a necessidade de adoção de medidas de acessibilidade e segurança de última geração suscitam a necessidade de intervenções profundas nos equipamentos existentes.

Simultaneamente é essencial avaliar os locais onde será necessária a construção de equipamentos que permitam a redução das assimetrias sociais e culturais.

Deverá também ser equacionada a possibilidade de construção de bibliotecas intermunicipais associadas a equipamentos escolares que permitam a redução da iliteracia.

## **10 - REDE NACIONAL DE ARQUIVOS**

Os investimentos no sistema nacional de arquivos permitiu a criação de um conjunto de estruturas essenciais na dimensão da salvaguarda e promoção da documentação em prol do desenvolvimento nacional permitindo a utilização dos acervos para a criação de conhecimento diverso.

A evolução tecnológica, a incapacidade de muitos agentes de promover a regeneração infraestrutural e a necessidade de adoção de medidas de acessibilidade e segurança de última geração suscitam a necessidade de intervenções profundas nos equipamentos existentes.

Simultaneamente, é essencial avaliar os locais onde será necessária a construção de equipamentos que permitam a redução das assimetrias sociais e culturais.

Deverá também ser equacionada a possibilidade de construção de arquivos intermunicipais que permitam uma gestão em rede integrada sem dispersão de recursos.

## **11 - REDE NACIONAL EQUIPAMENTOS CULTURAIS (salas de espetáculos e rede de cine teatros)**

Ao longo dos últimos quadros comunitários foram construídos pelo território nacional um número significativo de equipamentos culturais para a promoção de eventos culturais. Esta distribuição não é homogênea e necessita em muitos casos de intervenções no sentido de serem revistos problemas estruturais que permitam o seu licenciamento por parte das entidades fiscalizadoras.

Nesse sentido propõe-se a criação desta linha de financiamento que vise a reestruturação e requalificação das estruturas existentes e por outro lado a criação de espaços que permitam maior coesão nacional da oferta.

Será, em muitos casos, necessária a instalação de equipamentos de segurança e técnicos que permitam uma programação diversa, em condições de segurança de pessoas e bens adequadas com cumprimento integral da legislação nacional.